

CAPÍTULO I

TERCEIRA IDADE: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Este capítulo visa problematizar sociologicamente o conceito de terceira idade e analisar os processos sociais que conduziram à construção social da terceira idade e à emergência de uma política social de velhice, tendo por base a apresentação de diferentes trabalhos sobre a temática.

CAPÍTULO II

DA VELHICE INVISÍVEL À VELHICE IDENTIFICADA: A EMERGÊNCIA DE UMA POLÍTICA ESPECÍFICA PARA TERCEIRA IDADE.

Pretende-se compreender e analisar a realidade portuguesa quanto à forma de perspectivar a velhice e de a tratar e quanto ao processo de constituição e generalização das reformas, as quais foram um dos factores importantes para que a velhice fosse considerada um problema social, ou, uma das *condições/transições objectivas* que ocorreram e sem as quais a velhice não se teria constituído em problema social e perspectivada como um grupo homogéneo e como uma *categoria autónoma*.

Visa-se, principalmente, apontar alguns traços que caracterizam a política de velhice desde o século XIX, altura em que surge uma nova classe social – o operariado, e as primeiras reformas por velhice, até 1986, caracterizando-se este último período desde 1976 a 1986 pela ruptura com as antigas formas de tratar e de representar a velhice e pela emergência de uma nova política de velhice – manter no domicílio. Neste contexto da nova política de velhice surgem novos equipamentos e serviços – centros de dia, centros de convívio e apoio domiciliário, assim como foram criadas condições para a emergência de outros agentes e instituições como as Universidades da Terceira Idade.

CAPÍTULO V

A TERCEIRA IDADE E O CAMPO EDUCATIVO: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS.

Pretende-se abordar as diferentes correntes teóricas da gerontologia educativa que têm influenciado o estudo e as práticas da educação dos adultos idosos, assim como algumas políticas de terceira idade.

Com a pesquisa dessas correntes teóricas que têm dominado o campo da educação de adultos idosos pretende-se perceber os seus limites e dar conta dos novos caminhos que, abertos nesta área por diferentes autores, têm constituído a gerontologia crítica. Este enquadramento teórico servirá de fundamento à análise dos dados que desenvolveremos no capítulo seguinte.

INTRODUÇÃO

BIBLIOGRAFIA GERAL

ESMERALDINA MARIA DA COSTA VELOSO

Políticas e contextos educativos para os idosos: um estudo sociológico
numa Universidade da Terceira Idade em Portugal.

**UNIVERSIDADE DO MINHO
BRAGA, 2004**

CONCLUSÃO

CAPÍTULO VI

A UNIVERSIDADE DA CULTURA E DO LAZER: UM ESTUDO DE CASO

ÍNDICES

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO DE ADULTOS E TERCEIRA IDADE: dimensões políticas

Problematizar o que tem sido desenvolvido nesta área implica ter em conta o papel do Estado e as diferentes orientações e princípios que têm fundamentado a actuação estatal neste sector, traduzindo a importância que tem sido atribuída à educação de adultos, dimensões que serão abordadas neste capítulo.

Foi considerado como importante ponto de partida para este capítulo o modo como a educação de adultos idosos tem sido percebida por agências internacionais, assim como as respectivas recomendações sobre esta matéria, servindo de marco de referência à análise do contexto português.

A discussão sobre as influências de políticas de cariz neoliberal no campo da educação de adultos também foi outro dos aspectos considerados pertinentes e fundamentais a ter em linha de conta num capítulo sobre as políticas de educação de adultos.

ESMERALDINA MARIA DA COSTA VELOSO

Políticas e contextos educativos para os idosos: um estudo sociológico
numa Universidade da Terceira Idade em Portugal.

Dissertação de doutoramento em
Educação, na área de conhecimento
de Sociologia da Educação,
apresentada à Universidade do
Minho.

**UNIVERSIDADE DO MINHO
BRAGA, 2004**

CAPÍTULO III

DO IMPERATIVO CONSTITUCIONAL À IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS

Neste capítulo pretende-se analisar o desenvolvimento verificado na política de terceira idade, a partir de 1976 e até 2002, realçando a forma como a terceira idade tem sido tratada e como têm sido garantidos os seus direitos, nomeadamente o direito à educação. Esta análise não pretende ser exaustiva, optando-se por focar as medidas e os aspectos dessa política que considerámos mais significativos para o presente trabalho.

Do ponto de vista da organização interna, este capítulo encontra-se dividido em três períodos: de 1976 a 1985, analisando a mudança de intervir na velhice; de 1985 a 1995, tendo em conta a política de terceira idade num contexto de crise do Estado-providência; e de 1995 a 2002 abordando a ausência de uma política global de terceira idade e a ênfase colocada no potencial dos idosos como consumidores.

ANEXO 1 (QUESTIONÁRIO PARA OS FORMANDOS)

ANEXO 2 (QUESTIONÁRIO AOS FORMADORES)

ANEXO 3 (GUIÃO DAS ENTREVISTAS ÀS UTI's)
